

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	3
<b>1 Questões históricas relacionadas ao trabalho escravo</b> .....	9
1.1 O trabalho escravo nas Américas e no Brasil .....	10
1.2 Movimentos pré-abolição no Brasil.....	17
<b>2 O trabalho escravo contemporâneo</b> .....	29
2.1 Trabalho escravo contemporâneo – conceito .....	30
2.2 Perfil do trabalhador escravo contemporâneo .....	47
<b>3 O trabalho escravo nas constituições e leis penais</b> .....	53
3.1 Histórico das leis penais relativas ao trabalho escravo à luz das constituições .....	54
3.2 A Constituição de 1988, os direitos sociais e o valor do trabalho – trabalho como dignidade da pessoa humana e a vedação ao trabalho escravo.....	71
3.2.1 Dignidade da pessoa humana .....	84
3.2.2 Mandados de criminalização.....	89
3.2.3 Artigo 243 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 81/2014.....	97
<b>4 O trabalho escravo contemporâneo no direito internacional</b> .....	105
4.1 Tratados Internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil e o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal.....	106
4.2 Tratados e convenções internacionais relacionados à prática de trabalho escravo e ratificados pelo Brasil.....	110

4.2.1 Organização Internacional do Trabalho e o trabalho decente .....	120
<b>5 Tipificação legal e as penas relativas ao crime de trabalho escravo contemporâneo .....</b>	<b>125</b>
5.1 O artigo 149 do Código Penal.....	126
5.2 Competência de julgamento do crime de trabalho escravo .....	143
5.2.1 A mudança de paradigma na competência de julgamento dos crimes de redução à condição análoga à de escravo – da Justiça Estadual à Justiça Federal.....	143
5.2.2 A competência criminal da Justiça do Trabalho .....	151
5.3 As sanções provenientes da prática de trabalho escravo contemporâneo .....	157
<b>Considerações finais.....</b>	<b>167</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>171</b>